

Artigo publicado no jornal “*Het Financieele Dagblad*”, 24 de Novembro de 2011

Greve geral em Portugal

No dia 24 de Novembro vai haver uma [greve geral](#) em Portugal. “Contra a exploração e o empobrecimento” e a favor de um Portugal soberano e desenvolvido. Esta greve, convocada pelos sindicatos, tem o apoio dos partidos de esquerda, da [Coligação Democrática Unitária](#) (CDU) (o resultado da união do partido comunista com o [Partido Ecologista "Os Verdes"](#) (PEV)), e o [Bloco de Esquerda](#), o qual apesar do acrónimo não ter nada a ver com o partido político Alemão com o mesmo nome CDU – que é membro dos Cristãos Democratas Europeus ao nível da União Europeia.

É a expressão de um claríssimo descontentamento acerca de medidas de austeridade relativas à retenção fiscal e de forte desapontamento com a União Europeia. Depois da revolução em 1974 na qual Portugal se libertou de várias décadas de regime ditatorial, o país – inicialmente tendendo a tomar uma mudança à esquerda na sua estrutura económica – aderiu à União Europeia. Rapidamente se inseriu firmemente na economia Europeia e na mais vasta economia global. Juntamente com Espanha, Portugal foi um dos 11 Estados-Membros a adoptar o euro em 1999. Debilidade estrutural da economia e grandes diferenças entre ricos e pobres contribuíram para impedir o desenvolvimento de Portugal. No entanto pouco antes da crise financeira ter eclodido, Portugal tinha com sucesso preenchido os critérios relativos ao orçamento de acordo com as regras orçamentais da União Europeia, com a dívida pouco acima de 60% do Produto Interno Bruto (PIB). Em Junho de 2008, o Conselho Ecofin [concluiu](#) que o procedimento relativo ao défice excessivo poderia ser encerrado.

Quando a crise financeira se abateu em força, Portugal, tal como a maioria dos outros Estados-Membros, foi afectado economicamente. Verificou-se então uma subida do défice orçamental acima do ‘limite de Maastricht’ de 3 por cento do PIB. A situação financeira de Portugal foi largamente exacerbada por especulação bolsista. Durante os primeiros 10 anos da União Monetária Europeia os mercados financeiros raramente faziam distinção entre a credibilidade da Alemanha ou de outros Estados Membros da zona do euro, com ‘spreads’ entre ‘*Bunds*’ e instrumentos de dívida das economias ‘periféricas’ pequenos. Após o colapso do banco de investimento Lehman Brothers no Outono de 2008, o medo e o pânico instalaram-se.

Em 2009, a revelação pública por parte do novo Governo Grego de que o défice nacional era duas vezes maior que o que fora anunciado pelo Governo anterior, desencadeou uma sucessão de acontecimentos que levou ao recuo por parte dos mercados financeiros das obrigações de economias periféricas. A cotação das obrigações desceram e as taxas de juro subiram. A dívida nacional aumentou astronomicamente. As taxas de juro dispararam para um nível tal que o défice se tornou insustentável. Isto impeliu a Irlanda e Portugal a contrair empréstimos com o [Fundo Europeu de Estabilidade Financeira](#) (FEEF) e com o [Mecanismo Europeu de Estabilidade Financeira](#) (MEEF), cujos fundos de resgate foram criados com o objectivo de salvaguardar a estabilidade da zona euro. Foi concedido também crédito pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Tal como a Grécia, os empréstimos foram concedidos com rígidas condições, legalmente e em conformidade com as regras do FMI. As [disposições estatutárias](#) do FMI estipulam que o FMI somente pode fazer empréstimos numa base [‘condicional’](#): condições específicas associadas ao empréstimo que permitem o país beneficiário, ser capaz de financiar os seus pagamentos devidos por si próprio. De modo similar, o FEEF e MEEF são obrigados a impor condições politico-económicas. Os mecanismos de coordenação da política económica da União Europeia permitem ao Conselho ECOFIN, sob recomendação da Comissão, exigir reequilíbrio orçamental do Estado Membro que se encontra com graves problemas de controlo de dívida pública.

É evidente que Portugal necessita de levar a sua situação orçamental de novo a um equilíbrio. Portugal, defronta-se, igualmente como nós, com um envelhecimento da população e com uma pirâmide demográfica invertida. Só é possível sustentar os custos de uma população envelhecida tendo como base orçamentos saudáveis.

Isto em nada altera a forte sobrecarga que afecta de modo particularmente forte os mais desfavorecidos, resultante da severidade das medidas tomadas em Portugal. As reformas foram cortadas severamente. Os abonos de família foram reduzidos. Pessoas que dependentes do 13º e 14º mês, viram o seu rendimento retirado com efeito imediato. Os cortes orçamentais equivalem a 5 % do PIB em 2012. Para além das acima mencionadas medidas fiscais restritivas, o desemprego está previsto vir a exceder os 13% da população activa. E tudo isto num contexto de sentimento negativo por parte dos países do norte da Europa, com tendência a falar em termos pejorativos acerca da ética de trabalho por parte dos “Mediterrânicos” e das insustentáveis idades de reforma. Entretanto os factos dizem-nos que

os Portugueses não trabalham menos horas nem se reformam mais cedo do que os Alemães ou os Holandeses.

Não obstante, os políticos do norte da Europa baseiam-se por vezes em tais preconceitos populistas para ganhar apoio. Deveriam pelo contrário contar aos seus eleitores a extensão dos sacrifícios a que estão a ser submetidos os nossos vizinhos do Sul. [Deveríamos reflectir colectivamente se as decisões relativas a drásticos cortes orçamentais num curto espaço de tempo são acertadas ou não](#). Restaurar equilíbrio orçamental é indispensável, tal como revigorar economias com problemas estruturais. Isto significa a aplicação de medidas rigorosas. Mas a solidariedade com aqueles que menos podem suportar as medidas de economia não deveriam ser esquecidas. Além disso, a esperança deve ser reforçada.

Economias em contracção sem expectativa de crescimento e de promoção de emprego no próprio país são insustentáveis. Ver os próprios jovens profissionais talentosos partir para Londres, Luanda ou Rio de Janeiro não é conducente ao reforço de confiança em Portugal. Um período mais longo para restabelecer equilíbrio orçamental pode ser necessário. Investimentos na melhoria da situação económica, nomeadamente na educação e áreas inovadoras com potencialidade de êxito, mesmo num crescente contexto de globalização, deveriam ser feitos agora.

Fundos [estruturais](#) Europeus, assim como [outros](#) fundos e o [BEI](#) deverão ser os instrumentos para combater os piores efeitos causados pelo reequilíbrio orçamental nas nossas economias ‘periféricas’. Se tal reflexão e acção resultar após esta expressão de descontentamento popular, a greve geral talvez tenha tido efeito. Em vez de retroceder a soluções individuais para problemas comuns, poderemos proceder assim à construção de uma sociedade Europeia melhor.

Autor: René Smits

23 de Novembro de 2011

Tradução: Paula Ferreira Marques